

PRINCIPAIS PONTOS DO ACORDO COLETIVO DE TRABALHO **BRASIMAR SERVIÇOS MARÍTIMOS LTDA 2016 / 2017**

CLÁUSULA PRIMEIRA – VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho no período de 01 de fevereiro de 2016 a 31 de janeiro de 2017 e a data-base da categoria em 01 de fevereiro.

CLÁUSULA SEGUNDA – ABRANGÊNCIA

O presente Acordo Coletivo de Trabalho, aplicável no âmbito da empresa acordante, abrangerá a categoria: **CONDUTORES DE MÁQUINAS - CDMs**, com abrangência territorial em **Fortaleza – CE e São Gonçalo do Amarante – CE**.

Salários, Reajustes e Pagamento de Salário, Formas e Prazos

CLÁUSULA TERCEIRA – PAGAMENTO DOS SALÁRIOS

No dia 15 de (quinze) de cada mês, a empresa adiantará 40% (quarenta por cento) das seguintes parcelas: Soldada Base, Etapa e Insalubridade, ao empregado que optar pelo adiantamento, o complemento será pago até o quinto dia útil do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA – MATÉRIA SALARIAL

A partir de **01 de fevereiro de 2016** os empregados serão remunerados mensalmente, pela tabela em anexo, ao presente Acordo Coletivo de Trabalho, conforme as verbas ali expressas, em face dos mesmos reajustes aplicados a soldada base.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – As parcelas de Soldada Base, Insalubridade e Etapa dos Condutores de Máquinas - CDMs, foram reajustadas retroativamente a partir de 01 de fevereiro de 2016, no mês de abril, com o percentual de 12,78% (doze vírgula setenta e oito por cento), aplicado sobre a tabela salarial vigente em 31 de janeiro de 2016, ficando estabelecido que os valores reajustados já contêm a reposição inflacionária referente ao período de 01 de fevereiro de 2015 à 31 de janeiro de 2016 e que as diferenças salariais decorrentes do mencionado reajuste foram quitadas integralmente, junto com o pagamento dos salários do mês de maio de 2016.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Fica estabelecido que a remuneração dos empregados Condutores de Máquinas - CDM seja regida integralmente pela tabela salarial anexa (anexo I), parte integrante deste Acordo Coletivo de Trabalho, com as horas extras sendo pagas conforme ali discriminadas, inclusive com o divisor de 220, uma vez

que as partes pactuam que todas as horas extras e respectivos reflexos devidos em virtude do regime de trabalho mencionado neste Acordo, estão abrangidos pelos referidos pagamentos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – As horas extras trabalhadas nas rendições (dobras), nas folgas ou nos feriados nacionais e municipais de Fortaleza ou de São Gonçalo do Amarante, onde se situa o porto de Pecém, serão pagas com um adicional de 100% (cem por cento) sobre a hora normal, tendo como base o somatório da Soldada Base, Insalubridade e Etapa divididas por 220 (duzentos e vinte). Em caso de faltas injustificadas nas rendições da tripulação, a Empresa poderá efetuar os devidos descontos dos empregados faltosos, conforme termos da Lei.

PARÁGRAFO QUARTO – A parcela de Insalubridade será calculada conforme os percentuais abaixo discriminados, aplicados sobre o valor da Soldada Base da seguinte forma: 40% (quarenta por cento) para o pessoal de máquinas.

PARÁGRAFO QUINTO – Para atender ao regime de trabalho fixado neste Acordo, as partes convencionam que o valor mensal a título de Adicional Noturno será calculado com o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da hora normal multiplicado por 120 (cento e vinte), respeitada a respectiva frequência.

PARÁGRAFO SEXTO – O Repouso Remunerado será calculado com base no pagamento do valor das horas extras pagas no mês, dividido por 30 (trinta) e multiplicado por 02 (dois): portanto, dois repousos remunerados por mês.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Salvo a opção do empregado para recebimento por ocasião das férias, metade do 13º salário será pago de uma só vez entre os meses de junho e setembro e a outra metade no complemento, em dezembro.

PARÁGRAFO OITAVO – A Empresa pagará aos Condutores de Máquinas - CDMs, que completarem 05 (cinco) anos de serviço efetivo, na empresa, um adicional denominado quinquênio, no valor de 4,5% (quatro vírgula cinco por cento), calculado sobre o valor da Soldada Base, limitado ao máximo de três quinquênios, sendo o primeiro quando o empregado completar cinco anos de serviço, o segundo ao completar dez anos de serviço e o terceiro e último ao completar quinze anos de serviço.

PARÁGRAFO NONO – Por ser diferenciada a escala de trabalho pactuada na neste Acordo Coletivo de Trabalho, será garantida aos empregados abrangidos pela citada cláusula o pagamento de 115 (cento e quinze) horas extras com um adicional de 50% (cinquenta por cento) e de 115 (cento e quinze) horas extras com um adicional de 100% (cem por cento). Tendo sempre como base para cálculo das referidas horas extras o somatório da Soldada Base, Insalubridade e Etapa divididas por 220 (duzentos e vinte).

PARÁGRAFO DÉCIMO – As horas extras somente serão garantidas aos empregados Condutores de Máquinas – CDMs, durante o período em que efetivamente laborarem no regime de trabalho previsto neste Acordo Coletivo de Trabalho, não se aplicando caso o empregado seja transferido para outro regime de trabalho, quando então o mesmo passará a receber as horas extras efetivamente realizadas.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO – Os Condutores de Máquinas - CDMs substitutos farão jus aos salários dos substituídos, enquanto durar a substituição, respeitada a irredutibilidade salarial.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO – Todas as horas trabalhadas em caráter extraordinário serão computadas, pela média, para efeito de pagamento de férias e 13º salário.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO – Conforme estabelecido no artigo 2º, inciso II, da Lei 10.101 de 19 de dezembro de 2000, fica instituído o pagamento aos empregados, da parcela de Participação nos Resultados, considerando o pequeno número de manobras, exclusivamente no porto de Mucuripe, o pagamento será efetuado da seguinte forma:

INCISO I – Uma única parcela no mês de janeiro do ano de 2017 correspondendo a 100% (cem por cento) da remuneração compreendida no somatório de Soldada Base, Insalubridade e Etapa.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros Gratificação de Função

CLÁUSULA QUINTA – GRATIFICAÇÃO POR FUNÇÃO SUPERIOR

A Empresa pagará uma gratificação de 25% (vinte e cinco por cento) da remuneração mensal durante o tempo em que o empregado vier a exercer uma função superior àquela constante em seu contrato de trabalho, desde que requerido no cartão de lotação pela Capitania dos Portos.

Outras Gratificações

CLÁUSULA SEXTA – GRATIFICAÇÃO DE COMANDO

O tripulante enquanto estiver na função de comando da embarcação, fará jus a uma gratificação denominada Gratificação de Comando, no valor mensal de R\$ 1.718,14 (um mil setecentos e dezoito reais e quatorze centavos), em substituição ao valor pago com a denominação de Gratificação de Função. Fica estabelecido que o valor da gratificação de comando pactuado nesta cláusula não servirá de base para cálculo das horas extras, adicional noturno, repouso remunerado e respectivos reflexos incidentes sobre as referidas verbas.

Prêmios

CLÁUSULA SÉTIMA – VIAGENS

A Empresa pagará, em caso de viagens redondas (ida e volta), fora do Estado do Ceará e que gerem receita para a empresa (exemplo: rebocagem, salvatagem), uma gratificação, por dia de viagem, no valor de 20% (vinte por cento), conforme tabela anexa (anexo II) calculado sobre a Soldada Base da respectiva categoria. Considerando que as viagens para docagem não geram receitas para a empresa, essas não serão consideradas para efeito do pagamento da gratificação.

PARÁGRAFO ÚNICO – Em caso de viagem do empregado para fora de sua base a empresa assegurará aos mesmos nas ocasiões de embarque, o transporte, a hospedagem e o custeio das despesas de alimentação básica e lanche, até o local de engajamento, entendendo como tal o lugar onde o empregado foi efetivamente recrutado pela empresa, incluindo o trecho inicial para a apresentação e o final no caso de desligamento. Trabalhos realizados no Porto de Pecém não são considerados como viagens para efeito do pagamento previsto nesta cláusula.

Auxílio Alimentação

CLÁUSULA OITAVA – RANCHO

A Empresa fornecerá rancho aos empregados que realizarem serviços no Porto de Pecém, até que um fornecimento de alimentação adequada possa ser estabelecido naquele porto.

PARÁGRAFO ÚNICO – Os empregados farão jus, a partir de 1º fevereiro de 2014, a um Vale Alimentação no valor mensal de R\$ 232,75 (duzentos e trinta e dois reais e setenta e cinco centavos), na forma estabelecida pela Lei 6.321 e pelas regulamentações subsequentes sobre a matéria, limitando-se ao desconto de 1% (um por cento).

Auxílio Educação

CLÁUSULA NONA – BOLSA DE ESTUDO

Atendida a necessidade da empresa, serão concedidas bolsas de estudo aos empregados para cursos de aprimoramento profissional realizados em estabelecimentos de Ensino Profissional Marítimo do Ministério da Marinha, não tendo a sua concessão natureza salarial para qualquer efeito jurídico.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

A Empresa no âmbito de suas condições, se prontifica a oferecer estágio supervisionado para os profissionais recém-formados no Curso de Adaptação de Aquaviário – Módulo Motores (CAAQ-IMM), ficando a critério da Empresa, estipular o número de vagas que deverá ser pelo menos de 01 (uma) vaga na empresa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O Estágio Supervisionado tem o cunho de oportunizar a Empresa concedente de participar ativamente no auxílio para a formação de novos trabalhadores Condutores, oriundos dos cursos de Adaptação, ministrados pelo sistema de Ensino Profissional Marítimo, conduzindo-os a desenvolverem os ensinamentos técnicos profissionais em adequação ao meio aquaviário, de forma que os capacite a assumir com responsabilidade e competência todas as funções inerentes ao Condutor de Máquinas, podendo vir a ser admitido em seu quadro de funcionários.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Durante o período de estágio, o CDM estagiário fará jus a uma remuneração no valor de 30% (trinta por cento) da remuneração paga ao Condutor de Máquinas – CDM efetivo, que além dessa remuneração, concederá ao mesmo um seguro pessoal contra acidentes.

Auxílio Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA SUPLETIVA

A participação do empregado na Assistência Médica e Odontológica Supletiva é facultativa, assegurando o seu ingresso e retirada, na vigência laboral, respeitadas as condições do respectivo Contrato Assistencial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os custos por usuário da Assistência Médica Supletiva (empregados e dependentes) serão suportados pelo empregado e pela empresa, na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) pela empresa e 25% (vinte e cinco por cento) pelo empregado.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Os custos por usuário da Assistência Odontológica Supletiva (empregados e dependentes) serão suportados pelo empregado e pela empresa, na proporção de 75% (setenta e cinco por cento) pela empresa e de 25% (vinte cinco por cento) pelo empregado.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A Assistência Médica e Odontológica Supletiva será contratada com empresa credenciada e de conceito nacional para o plano "Básico", escolhido pelo empregador, dependendo da disponibilidade de mercado.

PARÁGRAFO QUARTO – As contribuições empresariais para a Assistência Médica e Odontológica não têm natureza salarial, não integrando a remuneração dos empregados, a qualquer título, e as contribuições dos empregados serão descontadas em Folha de Pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – EXAME MÉDICO

A Empresa acordante isentará o empregado de qualquer participação nas despesas relativas à realização de exames médicos por ela solicitados e relacionados com o trabalho bem como de outros exigidos por lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – SEGURO DE VIDA

A Empresa acordante custeará integralmente para os beneficiários de seus empregados um seguro de vida e acidentes pessoais, com cobertura de morte por acidente equivalente a 60 (sessenta) vezes o valor da Soldada Base e de 30 vezes a Soldada Base para cobertura por morte natural.

Empréstimos

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ADIANTAMENTO AUXÍLIO PREVIDENCIÁRIO

A Empresa acordante se compromete a efetuar um adiantamento de 50% (cinquenta por cento) da remuneração mensal ao empregado que vier a se afastar por motivo de doença ou acidente de trabalho pelo período superior a 15 (quinze) dias, desde que devidamente comprovado por documento oficial do INSS. O adiantamento será devolvido à empresa em até 05 (cinco) parcelas mensais, descontadas em folha de pagamento a partir do mês subsequente do retomo do empregado às suas atividades ou quitado integralmente, no caso de ocorrência de aposentadoria. O benefício será limitado a um único período de afastamento durante a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

Contrato de Trabalho Admissão, Demissão, Modalidades

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – EMBARQUE E DESEMBARQUE DE TRIPULANTE

A Empresa acordante se compromete a cumprir o disposto na Lei 9.537 de 11 de novembro de 1997, no que se refere ao capítulo II, artigo 7º em seu parágrafo único; "O embarque e desembarque do tripulante submete-se às regras do seu contrato de trabalho", servindo o Acordo Coletivo de Trabalho e as anotações na CTPS como prova do cumprimento do citado artigo.

Relações de Trabalho Condições de Trabalho, Normas de Pessoal, Estabilidade e Aposentadoria

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – GARANTIA DE EMPREGO

Ressalvado o eventual pedido de demissão formulado pelo empregado, fica garantido ao Condutor de Máquinas - CDM com mais de 05 (cinco) anos de serviço na empresa e que esteja a 12 (doze) meses da aquisição do direito à sua aposentadoria por tempo de serviço, comprovado pelas anotações na CTPS. Uma vez completado o tempo para aquisição do direito à aposentadoria, extinguir-se-á a garantia prevista nesta cláusula.

**Jornada de Trabalho
Duração, Distribuição, Controle, Faltas e
Descanso Semanal**

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – REGIME DE TRABALHO NOS PORTOS DE MUCURIBE E PECÉM

Fica estabelecido que a jornada de trabalho dos Condutores de Máquinas - CDMs possa ter seu início e término no porto de Mucuripe ou no de Pecém e considerando-se as condições e a natureza especial das operações de apoio portuário, as partes convencionam a prática do regime de trabalho de 1x1, de tal modo que, respeitadas as condições operacionais da empresa e a existência de tripulações disponíveis, a cada período mínimo de (sete) dias e máximo de 28 (vinte e oito) dias de efetivo embarque os Condutores de Máquinas – CDMs, gozarão o mesmo número de dias de descanso, entre folgas e férias.

**Saúde e Segurança do Trabalhador
Equipamento de Proteção Individual**

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO

A Empresa acordante fornecerá os equipamentos necessários à proteção no trabalho, sendo os mesmos de uso obrigatório pelo empregado sujeito às sanções da legislação.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – UNIFORME DE TRABALHO

A Empresa acordante fornecerá gratuitamente a seus empregados marítimos, no mês de janeiro, dois uniformes, que consistirá de dois macacões, duas bermudas, duas calças, duas camisas e dois pares de sapatos.

**Disposições Gerais
Descumprimento do Instrumento Coletivo**

CLÁUSULA VIGÉSIMA – MULTA

O descumprimento de qualquer cláusula deste Acordo Coletivo de Trabalho, por parte da Empresa acordante, sujeitará ao infrator a uma multa no valor de 10% de um salário básico em favor do empregado prejudicado, conforme Precedente Normativo nº 73 do TST.

PARÁGRAFO ÚNICO – As multas só poderão ser cobradas durante a vigência do presente Acordo Coletivo de Trabalho.

Anexo I TABELA SALARIAL CONDUTORES - FORTALEZA - 2015/2016	
SOLDADA BASE	1.491,09
INSALUBRIDADE	596,43
ETAPA	184,71
REMUNERAÇÃO FIXA	2.272,23
115 HORAS EXTRAS COM 50%	1.781,58
115 HORAS EXTRAS COM 100%	2.375,45
REPOUSO SEMANAL REMUNERADO EXTRA	277,13
120 HORAS DE ADICIONAL NOTURNO	247,87
RSR DO ADICIONAL NOTURNO	16,52
GRATIFICAÇÃO	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO	R\$ 6.970,78
VALORES UNITARIOS	
HORA EXTRA C/ 50%	15,48
HORA EXTRA C/ 100%	20,65
ADICIONALNOTURNO	8,25

ANEXO II GRATIFICAÇÃO POR DIA DE VIAGEM - 2016/2017	
FUNÇÃO	VALOR
CONDUTORES DE MÁQUINAS - CDMS	298,18